

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.395 - MS (2019/0297666-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SANDRA REGINA SANTOS DE VASCONCELOS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ROSEMAR FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ROSEMAR FERNANDES contra acórdão da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (HC nº 1409777-53.2019.8.12.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 23/7/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 250 do Código Penal (incêndio). A prisão foi convertida em preventiva.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 148/155):

EMENTA - HABEAS CORPUS - CRIME DE INCÊNDIO - ARTIGO 250, §1º, "H", DO CP - PRISÃO PREVENTIVA - MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA VERIFICADOS - DÚVIDAS SOBRE A IDENTIDADE CIVIL - ARTIGO 313 DO CPP - SEGREGAÇÃO COMPATÍVEL COM A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - NULIDADE DO FLAGRANTE - AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA REALIZADA - OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - ARTIGO 56, DA LEI N. 6.001/73 - INAPLICABILIDADE - FALTA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS INERENTES - DECRETO PRISIONAL MANTIDO - COM O PARECER, ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

- *Evidencia-se o fumus commissi delicti da prova da existência do crime e dos indícios suficientes de autoria, o que, aliando-se às sérias dúvidas que pairam sobre a correta identificação do suplicante, notadamente a total falta de outros elementos que o individualize, a necessidade da manutenção da prisão cautelar nos termos do art. 313, parágrafo único, do Código de Processo Penal, c medida necessária.*

- *Inexiste nulidade do flagrante de paciente apresentado à autoridade policial, c posteriormente à autoridade judiciária que realizou audiência de custódia, com a presença de seu defensor público, que lhe garantiu a observância dos direitos e garantias constitucionais, e posterior conversão em preventiva, em cenário despido de qualquer situação a inquinar de nulidade o ato, notadamente se aferido sob o espeque do art. 563 do CPP, eis que não se demonstra o efetivo prejuízo.*

- *Inegável a compatibilidade da prisão preventiva com a presunção de inocência, pois esta, embora se consubstancie em pilar do Estado Democrático de Direito, não impede a imposição de restrições ao direito do acusado antes do final processo (STF HC 106856, Relatora: Min. Rosa Weber, Primeira Turma, julgado em 05/06/2012).*

- *O artigo 56, da Lei n. 6.001/73 (Estatuto do índio), prevê a possibilidade de cumprimento da pena privativa de liberdade em regime de semiliberdade em caso de condenação e não de prisão preventiva, não se aplicando, pois, neste momento processual.*

- *O fato de possuir descendência indígena não se mostra suficiente, por si só, a propiciar-lhe o tratamento diferenciado, quando evidente que não mais pertence à categoria dos silvícolas, por conta de convívio com a sociedade atual, em*

todos os seus contornos. O tema, portanto, não pode ser apreciado isoladamente, sob a ótica fria da legislação, e sim em harmonia com as peculiaridades de cada região. Daí por que tais particularidades devem ser analisadas durante a instrução, e não na estreita via deste habeas corpus, que sequer comporta dilação probatória.

No presente *writ*, a defesa alega que o paciente, que é indígena e não fala fluentemente e língua portuguesa, teve sua defesa cerceada, uma vez que não lhe foi disponibilizado interprete.

Por outro lado, sustenta que não estão presentes os requisitos

Superior Tribunal de Justiça

autorizadores da prisão, e que a custódia seria mais gravosa do que eventual pena a ser aplicada em caso de condenação.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, ou sua substituição por medida análoga à semiliberdade.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. A prisão, a princípio, encontra-se justificada pela necessidade de assegurar a aplicação da lei penal, diante da ausência de identificação civil do paciente, bem como para garantia da ordem pública, dado o prejuízo causado, ao que parece, pelo incêndio em lavoura de milho supostamente causado por ele, arbitrado em R\$ 220.000,00.

Quanto à tese de nulidade decorrente de cerceamento de defesa devido à ausência de interprete, consta do acórdão que *encontrava-se o paciente devidamente assistido pela Defensoria Pública, que lhe assegurou a observância de seus direitos e garantias constitucionais, não havendo que se falar em qualquer situação a inquinar o flagrante de nulidade.*

Ressaltou a Corte *a quo*, ainda, que *vislumbrando o arquivo áudio-visual da audiência de custódia, verifica-se que o suplicante possui compreensão do vernáculo, tanto que respondeu as perguntas realizadas pelo magistrado, pelo órgão Ministerial e pela própria defesa, à contento, ainda que tenha titubeado em poucas respostas* (e-STJ fl. 152).

Portanto, ao menos em um juízo preliminar, não se constata a existência de constrangimento ilegal patente, a justificar o deferimento da medida de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

